

## **A INFLUÊNCIA DO GERENCIALISMO NA GESTÃO EDUCACIONAL PAULISTA: DESVELANDO O PROGRAMA INOVA EDUCAÇÃO**

Rodrigo Pereira da Silva  
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Biociências, Rio Claro.  
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação.

[rodrigounesp@gmail.com](mailto:rodrigounesp@gmail.com)

Regiane Helena Bertagna  
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Biociências, Rio Claro.

[regiane.bertagna@unesp.br](mailto:regiane.bertagna@unesp.br)

### **INTRODUÇÃO**

Este trabalho argumenta que o Programa Inova Educação, concebido sob uma lógica gerencialista e neoliberal, reflete tensões entre busca por resultados e garantia de educação equitativa. Desde 1995, São Paulo adota reformas educacionais baseadas na Nova Gestão Pública (NGP), inspirada em práticas empresariais voltadas à eficiência, eficácia e centralização, iniciadas na gestão Mário Covas (1994) e consolidadas por políticas como o SARESP, que vincula resultados a incentivos ou sanções. Segundo Jacomini, Nascimento e Stoco (2023), esse modelo pode fragilizar a gestão democrática e comprometer objetivos educacionais amplos, como a formação crítica e emancipatória. Assim, este estudo analisa como o Inova Educação incorpora os princípios da NGP, ao priorizar metas de desempenho e indicadores específicos.

Para Ball e Mainardes (2018), ideias neoliberais espalham-se globalmente via “empréstimo de políticas”. A pesquisa qualitativa, baseada na análise de conteúdo (Bardin, 2011; Minayo, 2009), examinou o acordo SEDUC-SP/IAS, incluindo pré-análise (definição de gerencialismo, privatização, equidade), exploração (codificação) e tratamento (correlação teórica). Conclui-se que práticas neoliberais, ao adotar accountability e gerencialismo, impulsionam a privatização e ameaçam o caráter público da educação.

### **DESENVOLVIMENTO**

Inserido nesse contexto, o Programa Inova Educação, implementado no estado de São Paulo a partir de 2020 na gestão João Dória (2019-2022), é uma política pública que, segundo São Paulo (2018), visa construir e desenvolver um Modelo Piloto de Ensino Fundamental – Anos Finais (6º ao 9º), oferecendo Educação Integral em tempo parcial, fortalecendo a identidade dessa etapa escolar e superando lacunas de aprendizagem por

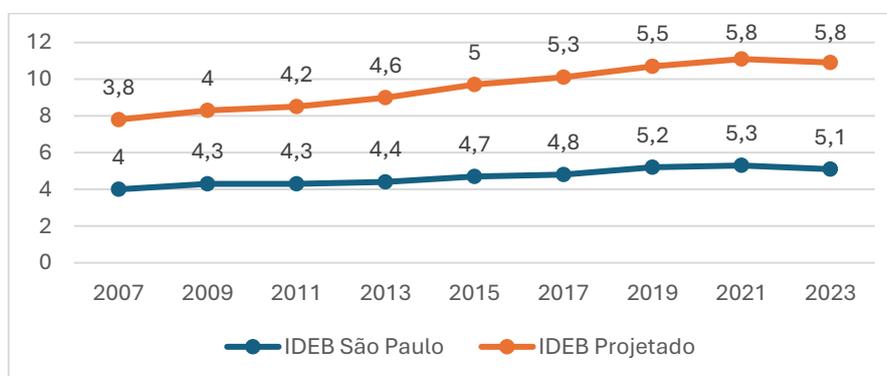
meio de práticas inovadoras, além de preparar os estudantes para o Novo Ensino Médio instituído pela Medida Provisória 746/2016, posteriormente convertida na Lei 13.415/14, de 14 de fevereiro de 2017.

Nesse contexto, segundo Ball e Mainardes (2023, p. 13), as relações de mercado, a entrada de novos atores políticos e a gestão por desempenho transformam o Estado, que assume o papel de comissário e monitor dos serviços educacionais, promovendo a privatização em detrimento da prestação direta.

Nessa perspectiva, o Acordo de Cooperação (São Paulo, 2018) prevê a atuação do IAS na criação de um Modelo Piloto de Ensino Fundamental – Anos Finais, implantado em 2019 em 24 escolas da SEDUC-SP, além da revisão curricular alinhada à BNCC e ações de governança para sustentar esse modelo. Silva e Jacomini (2018) apontam que pesquisas (2002-2015) consideram negativas as parcerias do IAS por introduzir valores mercadológicos na escola pública. Peroni e Comerlato (2017) também identificam o IAS como expoente gerencialista ao adotar o privado como parâmetro de qualidade e aderir a “novos mecanismos de privatização [...]” (Scherer; Nascimento; Cossio, 2020, p. 1), em sintonia com a Nova Gestão Pública.

O Programa foi criado para promover a educação integral com ênfase em competências socioemocionais. A justificativa no Acordo Bilateral (SÃO PAULO, 2018) são que os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e do Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP) evidenciam limitações e desafios urgentes que o poder público precisa enfrentar. Observa-se que o IDEB, que considera taxa de aprovação e fluxo escolar assim como o IDESP, mostra resultados abaixo da meta federal tal como é possível identificar no gráfico a seguir.

**Gráfico 1- Evolução do IDEB de São Paulo Anos Finais**



Fonte: <https://qedu.org.br/uf/35-sao-paulo/ideb>

De 2018 a 2020, segundo o contrato (São Paulo, 2018), previu-se: em 2018, a elaboração de documento orientador alinhado ao Currículo Básico da SEDUC-SP, revisão do Currículo Paulista, criação de um Modelo Piloto de EFAF e preparação para sua implementação; em 2019, diretrizes para implantação do Currículo Paulista, execução do Modelo Piloto em escolas selecionadas e definição de ações de ampliação; e, em 2020, a expansão do Modelo a toda a Rede Paulista (se aprovado), ajustes na matriz curricular, capacitação de docentes, validação de materiais e avaliações diagnósticas e somativas.

Novas disciplinas – como Projeto de Vida, Tecnologia e Inovação e Eletivas – foram incluídas na matriz curricular, reduzindo o tempo de aula de 50 para 45 minutos e ampliando de seis para sete períodos diários (São Paulo, 2019, Res. SE 66), com o objetivo de tornar a educação mais atrativa e significativa, combatendo a evasão e a desmotivação escolar. No entanto, Goulart e Alencar (2021) alertam que o foco em competências socioemocionais orientadas para a formação de um “novo jovem trabalhador” pode promover a adequação dos estudantes ao mercado de trabalho em detrimento da consciência crítica e da cidadania emancipadora (Goulart *et al.*, 2022). Schneider e Rostirola (2023) reforçam essa análise ao apontar que a racionalidade gerencialista subordina a educação a metas econômicas, convergindo com a proposta da NGP de estruturar o ensino sob critérios de eficiência e competitividade.

## CONCLUSÃO

O Programa Inova Educação, estruturado em um modelo gerencial que prioriza metas quantificáveis e a eficiência empresarial, centraliza decisões e confere papel decisivo a agentes privados, ao mesmo tempo em que ignora as demandas locais, intensifica a responsabilização individual dos estudantes e transfere a eles a culpa pelo desempenho escolar. Essa abordagem, reforçada por disciplinas como “Projeto de Vida”, privilegia a narrativa do sucesso pessoal em detrimento de investimentos estruturais e de uma formação integral e crítica, aprofundando desigualdades e sobrecarregando professores com exigências de padronização e controle. Nesse contexto, a autonomia escolar é reduzida e as práticas pedagógicas se tornam meros instrumentos para alcançar resultados numéricos, comprometendo a democratização do ensino e reforçando o caráter autoritário e instrumental do programa (Ball e Mainardes, 2023; Dardot e Laval, 2017; Peroni e Comerlato, 2017; Alencar, 2024; Goulart; Alencar, 2021; Peres, 2021; Augusto, 2023; Jacomini *et al.*, 2024).

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, F. A REFORMA DO ENSINO MÉDIO PAULISTA E O APARTHEID SOCIAL E EDUCACIONAL. **Revista Trabalho Necessário**, v. 22, n. 48, p. 01-26, 8 ago. 2024. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v22i48.61360>. Acesso em: 18 dez. 2024.

AUGUSTO, G. A. S. **Projeto de vida para quê?** Percepção dos/das docentes sobre o Programa Inova Educação nas escolas paulistas de tempo parcial. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação). Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2023

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A Nova Razão do Mundo**: Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2017.

GOULART, D. C.; ALENCAR, F. Inova educação na rede estadual paulista: programa empresarial para formação do novo trabalhador. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 13, n. 1, p. 337-366, abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/43759/24618>. Acesso em: 09 ago. 2021.

JACOMINI, M. A; NASCIMENTO, S. R; STOCO, S. Política Educacional na Rede Estadual Paulista sob a Nova Gestão Pública (1995-2018). **Educação em Revista**, v. 39, p. e26145, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-469826145>. Acesso em: 10 jan. 2025

MAINARDES, J; BALL, S. **Pesquisa Em Políticas Educacionais**: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez Editora, 2024.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

PERES, M. G. R. **Inovação na escola pública**: polissemia do conceito e análise do Programa Inova Educação de São Paulo. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2021. doi:10.11606/D.59.2021.tde-24082021-142417. Acesso em: 12 jan. 2025.

PERONI, V; COMERLATTO, L. Parceria público-privada e a gestão da educação: o Programa Gestão Nota 10 do Instituto Ayrton Senna. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 35, n. 1, p. 113-133, jan./mar. 2017. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2017v35n1p113>. Acesso em: 20 dez. 2024.

QEDU. **São Paulo**: Ideb. QEDU. Disponível em: <<https://qedu.org.br/uf/35-sao-paulo/ideb>>. Acesso em: 15 jan. 2025.

SCHERER, S; NASCIMENTO, F; CÓSSIO, M. F. Parcerias público-privadas: atuação do Instituto Ayrton Senna na Educação pública do estado do RS. **Educação & Sociedade**,

Campinas, n. 41, p. 1-18, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES.241715>. Acesso em 26 dez. 2024

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. **Processo administrativo SE n. 343762/2018**: Plano de Trabalho de Acordo de Cooperação entre SEE e Instituto Ayrton Senna. 4v. (mimeo). São Paulo: Seduc, 2018.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. **Resolução SE 66**: Alteração da Matriz Curricular do Ensino Fundamental e Médio. São Paulo: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 2019.

SCHNEIDER, M. P.; ROSTIROLA, C. R. **Premissas epistemológicas da qualidade educacional**: percepções de organizações multilaterais. *Cadernos CEDES*, v. 43, n. 121, p. 19–33, set. 2023.

SILVA, F. X; JACOMINI, M. A. Relação público-privado na educação: produção acadêmica sobre o Instituto Ayrton Senna (2002-2015). **Revista Diálogo Educacional**, [S. l.], v. 18, n. 58, p. 922–948, 2018. DOI: 10.7213/1981-416X.18.058.AO03. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/24067>. Acesso em: 05 jan. 2025.